



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

27 DE FEVEREIRO DE 2025



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

27 DE FEVEREIRO DE 2025

No dia vinte e sete de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, no auditório Tomaz Ribas, no Paço dos Henriques, em Alcáçovas, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----

2) Apreciação de informação escrita sobre a Atividade da Câmara; -----

3) Proposta de aprovação do Método de Imputação das Despesas com o Pessoal da AMCAL - Associação de Municípios do Alentejo Central, aos Municípios associados; -----

4) Proposta de aprovação da contribuição fixa mensal para a AMCAL- Associação de Municípios do Alentejo Central, no ano de 2025; -----

5) Proposta de desafetação de áreas do Domínio Privado Municipal para Domínio Público Municipal, na sequência da operação Loteamento do conjunto habitacional Municipal de Aguiar, integrado na Estratégia Local de Habitação (mediante aprovação em Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 21 de fevereiro de 2025); -----

6) Proposta de aprovação do mapa "Demonstração do desempenho orçamental", nos termos do artigo 145.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado do Ano de 2025, mediante aprovação em Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 21 de fevereiro de 2025); -----

7) Proposta de aprovação da 5ª Alteração Orçamental que integra a 1.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 1.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa e a 1.ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos; -----

8) Proposta de pedido de autorização para abertura de concurso público para a concessão de Exploração do Bar do Paço dos Henriques (mediante aprovação em Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 21 de fevereiro de 2025); -----

9) Proposta de aprovação da 7ª alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2023, ainda em vigor (mediante aprovação em Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 21 de fevereiro de 2025); -----

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

O primeiro secretário da Mesa procedeu à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros: -----



- Estêvão Manuel Machado Pereira, que presidiu -----
- Marília de Jesus Vaz Rasquinho, na qualidade de primeiro secretário -----
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de segundo secretário -----
- Paula Alexandra Mendes Maurício -----
- Sara Patrícia galega Rodrigues-----
- António Manuel Dimas Grosso-----
- Marta Sofia São Pedro Figueiredo Lopes Rebocho -----
- Bernardino António Bengalinha Pinto -----
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro -----
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes -----
- José Fernando Nazaré Pereira -----
- Cecília Isabel Pinto Lopes-----
- Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino -----
- Ricardo Filipe Malagão Soldado -----
- João de Deus Carapeto Fialho -----
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar -----
- Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas
- Tânia Alexandra Candeias Milhano, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo.

O membro Joana de Carvalho Galvão, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro José Fernando Nazaré Pereira. -----
Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes todos os Vereadores. -----

No período de Antes da Ordem do Dia, O Senhor Presidente da Assembleia, deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontra disponível para ser consultada por quem o desejar, como é habitual. -----

Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia informou que, na Ordem de Trabalhos, constavam duas atas para apreciação: a ata de 30 de junho de 2024 e a ata de 30 de dezembro de 2024. Contudo, após contacto com os serviços, foi informado de que a segunda ata não estaria pronta a tempo de ser enviada aos membros da Assembleia, pelo que não seria apreciada na presente sessão, sendo adiada para a próxima sessão da Assembleia Municipal.

No uso da palavra, o membro Fernando Janeiro alertou para a discrepância entre a data constante na ata e a data efetiva da sessão, a qual se realizou a 28 de junho, e não a 30 de junho de 2024, como referido. Acrescentou ainda que a ata enviada através da plataforma Gestiona dizia respeito à sessão de 30 de setembro de 2024, o que não coincidia com o que constava na Ordem de Trabalhos nem com o que foi efetivamente enviado aos membros da Assembleia. -----



O Senhor Presidente da Assembleia questionou, então, se a ata que se iria apreciar era a de 30 de setembro, o que foi confirmado pela Técnica. -----

O membro Fernando Janeiro reiterou que o documento recebido na Ordem de Trabalhos mencionava a ata de 30 de junho de 2024, sendo igualmente essa a informação publicitada para a população. -----

Usando da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que as atas eram sempre aprovadas em minuta e que, por esse motivo, qualquer decisão tomada, quer na Assembleia Municipal de junho, quer na de setembro, era eficaz. -----

Perante o sucedido, o Senhor Presidente da Assembleia questionou se os serviços tinham alguma explicação para a situação. -----

Interveio então a Técnica Salomé Pires, que explicou que, na Ordem de Trabalhos da plataforma Gestiona, a designação do ponto estava correta, sendo a única explicação possível alguma correção efetuada na referida plataforma que não terá sido refletida na versão da Ordem de Trabalhos enviada aos membros da Assembleia. -----

Contudo, tendo em conta a confusão gerada, o Senhor Presidente considerou que não existiam condições para discutir a data dos documentos e que seria mais prudente retirar o ponto da Ordem de Trabalhos. Reforçou ainda que nada do conteúdo da ata seria alterado, uma vez que os pontos são aprovados em minuta. -----

Por estas razões, considerou que seria mais correto retirar o ponto da Ordem de Trabalhos, dado que ele próprio tinha sido induzido em erro, assim como os munícipes que tivessem consultado a Ordem de Trabalhos e eventualmente pretendido estar presentes na sessão. -----

Neste contexto, o Senhor Presidente da Assembleia propôs a retirada do ponto da Ordem de Trabalhos, ficando a aprovação da ata agendada para a próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

Ainda na sua intervenção, solicitou, mais uma vez, aos serviços uma maior atenção relativamente a estas situações, que se têm repetido com alguma frequência, o que se torna constrangedor em determinados momentos. -----

Durante o Período de Antes da Ordem do Dia, usou da palavra o membro João Antunes, que começou por cumprimentar todos os presentes. -----

Referiu-se, de seguida, ao abate de cinco árvores na Rua D. Joana, em frente à EBSIS, sublinhando que o corte de árvores vivas, localizadas em domínio público municipal ou em propriedade municipal privada, só deve ocorrer quando estas representem um perigo real e devidamente comprovado. Acrescentou que qualquer abate deve ser justificado, excetuando-se apenas os casos urgentes, em que esteja em causa a segurança de pessoas, animais ou bens. Recordou ainda que, no ano anterior, em Aguiar, também tinha ocorrido um abate significativo de árvores, levantando preocupações semelhantes. -----

Perante estes factos, questionou qual foi a justificação para o abate aparentemente indiscriminado das cinco árvores naquele local, que era agradável, com sombra, e frequentemente utilizado pelos jovens estudantes. -----

Seguidamente, usou da palavra a membro Cecília Lopes, que questionou sobre o estado atual do projeto do Bairro Social de Aguiar, uma vez que o financiamento a 100% através do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência já se encontrava perdido. -----

Sublinhou tratar-se de um projeto de grande relevância para a população residente em Aguiar, e perguntou quais os próximos passos previstos para dar continuidade à sua concretização,



face à atual situação de financiamento. -----

Antes da intervenção do membro Fernando Janeiro, o Senhor Presidente da Assembleia sugeriu que fosse dada resposta, por parte do Senhor Presidente da Câmara, às questões já colocadas, prosseguindo-se de seguida com as restantes intervenções. -----

Usou então da palavra o membro Fernando Janeiro, que informou ter três questões a colocar, iniciando pela plataforma Gestiona. Recordou que, na sessão de dezembro, já havia manifestado a sua preocupação com a forma absolutamente ineficaz como aquela plataforma tem sido utilizada para a disponibilização da documentação da Assembleia Municipal. No entanto, lamentou que, até ao momento, não tivessem sido registadas melhorias nesse âmbito. Salientou que a persistência deste problema comprometia a eficácia do trabalho dos membros da Assembleia, pois o acesso à documentação continuava desorganizado e confuso. Após a identificação eletrónica, era frequente surgir um “erro 404”, obrigando os utilizadores a navegar de forma exploratória até localizarem os documentos pretendidos. Acrescentou que, para além da desorganização, o volume de documentos era muito elevado, sendo necessário descarregar ficheiros um a um, o que tornava o processo moroso e ineficiente. -----

Destacou ainda que, idealmente, cada ponto da Ordem do Dia deveria conter os respetivos documentos de forma clara e organizada, devidamente identificados. Em vez disso, os membros viam-se obrigados a perder tempo a tentar compreender quais os documentos essenciais, revelando-se, uma clara falta de organização. -----

Proseguindo, referiu que a situação se agravava nos casos em que existiam duas resoluções no mesmo ponto da Ordem do Dia, tornando o sistema ainda mais confuso. -----

Sublinhou que as sugestões que apresentava eram de fácil implementação, sendo urgente garantir: -----

- A possibilidade de descarregamento da documentação em lote; -----
- A identificação clara dos documentos principais e respetivos anexos para cada ponto. -----

Salientou que a plataforma deveria ser uma ferramenta ao serviço da produtividade e da transparência, mas que, tal como estava, funcionava como um “entranche disfarçado de modernização”. -----

A concluir este ponto, o membro Fernando Janeiro dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, questionando: -----

- Quais foram os custos associados à plataforma Gestiona (valor inicial e custos de manutenção); ----
- Como decorreu o processo de aquisição; -----
- Se os técnicos municipais foram consultados; -----
- Se a proposta partiu dos técnicos ou do próprio Presidente; -----
- E, por fim, se houve, após a sessão de dezembro, alguma iniciativa concreta para resolver os problemas identificados, tendo em conta que estes afetavam a produtividade e o bom funcionamento dos trabalhos da Assembleia. -----



Relativamente ao segundo assunto, o membro Fernando Janeiro referiu-se aos e-mails dirigidos ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Citando a alínea d) do artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal, que estabelece os poderes dos membros deste órgão, informou que, no dia 17 de janeiro de 2025, a bancada do Partido Socialista tinha solicitado, por via eletrónica, um conjunto de informações. Mais de metade desses pedidos correspondiam a listagens que podiam ser obtidas diretamente nas aplicações informáticas utilizadas pelo Município, sendo, por isso, de rápida disponibilização, estimando-se menos de uma hora para esta tarefa. -----

Passadas duas semanas sem qualquer resposta ou sequer aviso de receção, a solicitação foi reforçada a 4 de fevereiro, sem que tivesse sido obtido qualquer retorno. No dia 19 de fevereiro, foram ainda solicitados esclarecimentos adicionais sobre declarações do Senhor Presidente da Câmara, aproveitando a ocasião para reiterar, pela terceira vez, o pedido inicial datado de 17 de janeiro. -----

O membro informou que, relativamente ao pedido de 19 de fevereiro, a resposta foi enviada na data da presente sessão, pelas 18h36, ou seja, menos de três horas antes do início dos trabalhos, o que, no seu entender, impedia o escrutínio e análise atenta da informação por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

Quanto ao pedido inicial de 17 de janeiro, continuava, até à data, sem qualquer resposta, o que considerou inaceitável. -----

Continuando a sua intervenção, o membro Fernando Janeiro referiu que o terceiro assunto dizia respeito à Área de Serviço de Autocaravanas, um projeto que, na sua opinião, tinha “corrido mal”. Lembrou que a empreitada teve início a 30 de janeiro de 2024, com um prazo de execução de 45 dias. No entanto, treze meses depois, a obra permanecia por concluir, tendo sido já solicitados cinco pedidos de prorrogação do prazo inicialmente estipulado. -----

Questionou o que tinha falhado para que se passasse de 45 dias para, previsivelmente, 450 dias de execução, e se tinham sido realizados trabalhos a mais ou se alguns dos trabalhos tinham sido executados por trabalhadores da Câmara Municipal. -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, antes de conceder a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, informou que pretendia deixar uma nota relativa a uma das questões colocadas pelo membro Fernando Janeiro, nomeadamente sobre a plataforma Gestiona e as dificuldades associadas à navegação e organização da documentação disponível. Nesse âmbito, informou ter contactado o Chefe da Divisão de Gestão de Recursos, que lhe transmitiu que os Técnicos da Câmara Municipal estavam a trabalhar no sentido de ultrapassar as dificuldades identificadas. Explicou que, estava a ser adotada a prática de incluir toda a documentação relativa a um ponto da Ordem do Dia no último documento desse mesmo ponto, independentemente do número total de documentos associados. -----

O objetivo desta medida era facilitar o acesso à informação e evitar o descarregamento de documentos desnecessários, concentrando, assim, toda a documentação relevante num único ficheiro final por cada ponto. -----

O Senhor Presidente da Assembleia acrescentou que, para efeitos da presente sessão, foi precisamente dessa forma que descarregou os documentos de suporte, não tendo, por isso, enfrentado dificuldades no acesso à informação. -----

Solicitou ainda aos membros da Assembleia que indicassem se, da sua parte, estava tudo a decorrer com normalidade ou se persistiam insuficiências no acesso à documentação.-----



Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, começando por cumprimentar todos os presentes. -----

Em resposta à intervenção do membro João Antunes, esclareceu que as árvores referidas tinham sido abatidas com base num parecer da Proteção Civil, conforme é procedimento habitual nestas situações. -----

Informou que o motivo para o abate se prendeu com uma reclamação apresentada por um morador vizinho, cujo quintal estava a ser danificado pelas raízes das árvores. -----

Desta forma, e para evitar prejuízos quer no quintal do referido munícipe, quer na via pública envolvente, a decisão tomada foi a de proceder ao abate das árvores em causa. -----

O Senhor Presidente sublinhou ainda que o membro João Antunes tinha conhecimento de que, no Concelho, existiam mais de duas centenas de árvores que necessitavam de ser abatidas, uma vez que os passeios estavam a ser levantados pelas raízes, criando obstáculos à mobilidade, inclusive impedindo o acesso de pessoas com mobilidade reduzida a determinados locais. -----

Referiu também que, pouco a pouco, irão sendo colocadas, pelo menos, uma árvore para substituir cada uma daquelas que foram abatidas, sendo este o mesmo procedimento a adotar relativamente às árvores mencionadas pelo membro João Antunes. Algumas serão plantadas no mesmo local e, caso não seja possível colocar todas as cinco, as restantes serão plantadas noutros locais adequados. -----

Relativamente à intervenção do membro Cecília Lopes, o Senhor Presidente referiu que o assunto do Bairro Social de Aguiar era um dos pontos da Ordem de Trabalhos daquela sessão, visando a autorização para a passagem do terreno do Domínio Privado Municipal para o Domínio Público Municipal, ficando, assim, resolvido o processo de loteamento.-----

A partir desse momento, afirmou o Senhor Presidente, haveria outros passos a dar, caso o ponto em causa fosse aprovado. A discussão pública já tinha sido realizada, encontrando-se reunidas as condições para avançar com o restante processo. Acrescentou que já existiam os projetos das habitações, seguindo-se a abertura dos concursos, sendo também necessário solicitar o parecer do Tribunal de Contas para que fosse possível dar seguimento ao loteamento. -----

Relativamente à questão do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que de facto se perdeu esse financiamento. No entanto, salientou a importância de valorizar o trabalho realizado, nomeadamente o acordo celebrado entre o Município de Viana do Alentejo e o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, cujas datas têm sido integralmente cumpridas. A candidatura e o projeto foram submetidos atempadamente, conforme referido. -----

O Senhor Presidente da Câmara sublinhou que, no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, não foi possível dar resposta atempada à execução dos projetos dentro dos prazos inicialmente previstos. Ainda assim, as restantes datas foram cumpridas. -----

Está prevista uma despesa total na ordem dos 2.575.000 euros, sendo uma parte financiada pelo IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, e a outra suportada pelo próprio Município, através de financiamento que poderá advir do IHRU, do BEI – Banco Europeu de Investimentos, ou de outras entidades. -----

Reforçou que não houve incumprimento relativamente aos prazos de apresentação de projetos ou candidaturas, sublinhando que, para benefício da população de Aguiar e do Concelho de Viana do Alentejo, o referido loteamento será efetivamente concretizado, ainda que não nos



prazos inicialmente desejados por todos. -----

Prosseguindo, o Senhor Presidente da Câmara respondeu ao membro Fernando Janeiro, referindo que o assunto relativo à plataforma Gestiona já havia sido esclarecido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Quanto aos custos associados ao programa, informou que o valor não ultrapassou os cinco mil euros. Acrescentou ainda que os Técnicos do Município foram previamente consultados sobre esta matéria, tendo mesmo estado presentes noutra autarquia para avaliar o funcionamento da aplicação. Foram realizadas reuniões entre os Técnicos do Município e os da empresa fornecedora, tendo-se concluído que seria favorável avançar com a aquisição da referida plataforma. -----

Reconheceu, no entanto, que a plataforma apresenta alguns aspetos menos positivos. Referiu ainda que, durante as reuniões de Câmara, o Técnico Informático que presta apoio tem-se apercebido de problemas associados ao funcionamento da aplicação, tendo já resolvido alguns desses constrangimentos com o apoio da entidade fornecedora. -----

Quanto aos pedidos de informação enviados, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que se tinha comprometido a remetê-los até ao final da semana em curso, e não antes da realização da Assembleia Municipal. Informou também que, nesse mesmo dia, tinha enviado resposta a um dos e-mails, sem se ter apercebido do tempo de antecedência relativamente à sessão da Assembleia. A informação solicitada já se encontrava compilada, faltando apenas alguns ajustes antes de ser remetida aos membros da Assembleia. -----

Relativamente à outra informação solicitada, o Senhor Presidente informou que a mesma tinha sido remetida, há já algum tempo, à Divisão de Gestão de Recursos. No entanto, referiu que esta divisão se encontra atualmente numa fase exigente, devido ao encerramento do ano civil. Acrescentou ainda que o SIADAP tem absorvido grande parte do tempo dos técnicos, a par dos vários concursos em curso, o que tem dificultado a capacidade de resposta. -----

O Senhor Presidente afirmou que, ao contrário do que havia sido referido pelo membro Fernando Janeiro, “não havia falta de respeito por ninguém”; pelo contrário, havia, acima de tudo, respeito pelos trabalhadores. Por essa razão, não pretendia sobrecarregá-los com mais trabalho, dado que já enfrentam uma carga significativa de tarefas. -----

Acrescentou ainda que a gestão da Câmara era feita com base em prioridades, e que, em tempo oportuno, todos os membros da Assembleia receberiam a informação solicitada ou que viessem a solicitar. -----

Ainda na sua intervenção, e referindo-se à Área de Serviço de Autocaravanas, afirmou que era natural que as obras sofressem atrasos, quer neste Município, quer noutros, mas o que lhe importava verdadeiramente era que “esta obra ia acabar bem” — algo que, infelizmente, nem sempre acontecia nas obras realizadas no Concelho. Por isso, considerava preferível que a obra levasse mais tempo a concluir, desde que fosse finalizada de forma adequada e sem interrupções. -----

Sublinhou, por fim, que era do conhecimento dos mais atentos que apenas uma empresa havia concorrido à execução daquela obra e, caso essa empresa não tivesse apresentado proposta ou não tivesse sido adjudicada, independentemente da sua qualidade, o Município teria perdido o financiamento. -----

O Senhor Presidente referiu que, infelizmente, a obra não tinha sido concluída nos prazos inicialmente desejados, mas que se encontrava em fase de finalização, salientando que o mais importante era o facto de estar praticamente concluída. Sublinhou ainda que se tratava de uma obra benéfica para o Concelho, para Viana e para os autocaravanistas. -----



De seguida, interveio a membro Célia Sabino que, em nome da força política VIVA, destacou a participação e presença dos jovens da Missão País em Alcáçovas, durante uma semana do mês de fevereiro. Enalteceu este momento de partilha, que foi bem acolhido pela comunidade, referindo que os testemunhos dos jovens, de forma geral, evidenciaram a boa receção por parte das famílias e da população alcaçovense. -----

Afirmou ainda que as associações e entidades locais tiveram uma participação especial, demonstrando empenho no apoio aos jovens envolvidos. -----

O membro Célia Sabino chamou a atenção para o facto de, durante as atividades realizadas na Igreja Matriz ao final do dia, muitas pessoas se queixarem da falta de iluminação, tanto no adro da igreja como no parque de estacionamento adjacente, que continua por pavimentar. Nesse sentido, questionou se existia algum projeto previsto para aquela zona, sublinhando a importância de, pelo menos, melhorar a iluminação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu então a palavra ao membro João Fialho, que felicitou o executivo pela concretização da obra nos Tanques do Concelho, manifestando a sua satisfação, sobretudo por se tratar de uma proposta apresentada pelo VIVA e que agora se encontrava em execução. No entanto, assinalou que a intervenção no Tanque do Rossio não tinha, no seu entender, sido bem conseguida. -----

Seguidamente, interveio o membro Bengalinha Pinto, que iniciou a sua intervenção abordando a situação do Bairro Social de Aguiar. Nesse contexto, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a Estratégia Local de Habitação e o acordo estabelecido com o IHRU, indagando se teria sido realizada alguma adenda ou celebrado um novo acordo, ou se, pelo contrário, se mantinham os documentos assinados anteriormente pelo executivo do qual fez parte enquanto Presidente. -----

Proseguindo, o membro Bernardino Bengalinha Pinto solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que, se possível, acrescentasse à listagem de pedidos o acordo estabelecido com o IHRU e lho enviasse por correio eletrónico. -----

Referindo-se à reunião de Câmara realizada no dia 12 de fevereiro de 2025, o referido membro mencionou o tema relativo à nomeação, em regime de substituição, do Chefe da Divisão de Gestão de Recursos, nomeado em 5 de setembro de 2023, ou seja, há um ano e cinco meses, sem que, até à data, tenha sido aberto o respetivo concurso. -----

Neste contexto, o membro Bernardino Bengalinha Pinto citou as declarações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara na referida reunião, nos seguintes termos: -----

“toda a vida existiu nesta Câmara este tipo de regime de substituição em que as pessoas, em vez de estarem os seis meses ou nove meses, estão um ano, dois, três ou quatro. É uma coisa super usual, é uma irregularidade que quase se tornou realidade porque se faz com muita frequência e, repito, nós temos outras prioridades.” -----

Face a esta afirmação, o membro Bernardino Bengalinha Pinto expressou o desejo de que lhe fossem indicados quais os Chefes de Divisão que estiveram nessa situação durante o período em que exerceram funções na Câmara, entre os anos de 2009 e 2021. Referiu que, tanto quanto recordava, não tinha existido nenhum caso semelhante nesse intervalo temporal, embora admitisse a possibilidade de estar equivocado. Concluiu afirmando que, caso a informação solicitada não lhe fosse enviada, entretanto, o assunto voltaria a ser abordado na sessão seguinte. -----



Aproveitando ainda a sua intervenção, o membro Bernardino Bengalinha Pinto voltou a referir a uma questão anteriormente colocada, relacionada com a resposta tardia ao e-mail enviado pelos membros da Assembleia Municipal em 17 de janeiro de 2025. ----- Segundo referiu, o Senhor Presidente da Câmara justificou o atraso com a sobrecarga de trabalho dos técnicos, nomeadamente devido a processos relacionados com o SIADAP e concursos em curso, acrescentando que, “a seu tempo”, os membros da Assembleia receberiam a resposta solicitada. ----- Ainda no decurso da sua intervenção, o membro Bernardino Bengalinha Pinto retomou a questão já anteriormente colocada, relativa à demora na resposta a um e-mail enviado pelos membros da Assembleia Municipal em 17 de janeiro de 2025.----- Salientou que no e-mail enviado a 4 de fevereiro, tiveram o cuidado de dizer que se os outputs tivessem mais um campo ou dois, seriam aceites e, para além disso, metade dos pedidos desse e-mail eram cópias, o que não iria prejudicar o trabalho de SIADAP e dos concursos a decorrer. Isto significava que se estes serviços se mantivessem a decorrer, os membros da Assembleia iriam esperar, provavelmente, três meses, para receberem uma carta que foi enviada pela câmara ou uma listagem que leva 5 minutos a tirar. ----- A terminar, o membro Bengalinha Pinto afirmou que não lhe parecia correta aquela postura. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao membro Frederico Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, que começou por saudar todos os presentes e manifestar a sua satisfação pela realização da reunião com presença de público na sua freguesia. ----- De seguida, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre eventuais novidades relativamente ao Parque Industrial de Alcáçovas. ----- Abordou depois a situação dos parques infantis dos Barrancões e da Santinha, referindo que, neste caso, existe um compromisso claro, uma vez que consta em ata que o Senhor Presidente da Câmara se comprometeu a investir nesses dois espaços. Sublinhou que o executivo da Junta de Freguesia de Alcáçovas conta com o apoio e colaboração do Município de Viana, tendo em conta os custos elevados que estas intervenções representam. ----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas referiu ainda que gostaria de deixar registada uma nota de desagrado por parte dos fregueses de Alcáçovas relativamente ao serviço de recolha de lixo, uma vez que continuam a verificar-se algumas situações problemáticas. ----- Neste âmbito, sugeriu a realização de ações de sensibilização, tendo manifestado a total disponibilidade do executivo da Junta de Freguesia de Alcáçovas para colaborar nesse sentido. Acrescentou que estas situações se devem, em grande parte, à falta de civismo por parte de alguns moradores, sendo, por isso, importante reforçar a sensibilização, sem prejuízo de se procurar também uma maior regularidade na recolha dos resíduos. ----- Relativamente ao tema dos tanques, já anteriormente abordado pelo membro João Fialho, associou-se ao elogio feito à iniciativa e reforçou a questão colocada sobre a eventual realização de atividades que promovam a dinamização desses espaços. ----- Prosseguindo, referiu que, recentemente, a Junta de Freguesia de Alcáçovas adjudicou a uma empresa especializada na área o desenvolvimento de todo o trabalho necessário à criação de dois percursos pedestres na freguesia. Sublinhou que, atualmente, apenas existia um percurso no concelho, localizado em Viana do Alentejo e titulado pelo Município, considerando importante promover uma maior diversidade de oferta neste âmbito. ----- Mencionou ainda que a Junta de Freguesia de Alcáçovas questionou o Município sobre a



possibilidade de acesso a verbas, nomeadamente através de fundos comunitários específicos para este tipo de iniciativa, tendo obtido como resposta que existiam algumas limitações a esse nível. -----

Assim, informou todos os presentes de que a Junta de Freguesia de Alcáçovas irá avançar com o projeto e que, em breve, será solicitado o respetivo enquadramento no sistema de numeração PR – Pequena Rota, de forma a assegurar uma sequência numérica adequada. -----

A concluir a sua intervenção, referiu que, no que respeita às Áreas de Reabilitação Urbana, e em particular à de Alcáçovas, esta encontrava-se desatualizada, de acordo com a informação de que dispunha. -----

Acrescentou que, embora muitas pessoas não tenham conhecimento disso, com um investimento reduzido, ainda que exigindo trabalho burocrático e recursos humanos especializados, seria possível alcançar uma mais-valia quase incomensurável para os fregueses e para os munícipes em geral. -----

Realçou que os proprietários que procedessem à recuperação de imóveis inseridos nessa área poderiam beneficiar de uma redução fiscal significativa, passando a taxa de IVA aplicável de 23% para 6%, o que representaria um valor financeiro muito relevante. -----

Neste contexto, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a existência de alguma novidade relativamente a este tema, reforçando que, estando a Área de Reabilitação Urbana desatualizada, faria todo o sentido proceder à sua revisão e, eventualmente, ponderar o seu alargamento, questão que considerou passível de ser discutida em sede de executivo municipal. -----

Interveio novamente o membro Fernando Janeiro, justificando a sua intervenção com o facto de o Senhor Presidente da Câmara não ter respondido a algumas das questões que lhe tinham sido colocadas. Referiu que, relativamente à aquisição da Plataforma Gestiona, o Senhor Presidente informou que o custo tinha sido de 5 mil euros, mas não respondeu à questão sobre a existência, ou não, de custos de manutenção. -----

Acrescentou ainda que não foi dada resposta sobre as eventuais iniciativas tomadas para resolver os problemas identificados na Assembleia Municipal de dezembro. Relativamente aos e-mails, questionou se é normal que não se obtenha resposta durante um mês. Por fim, relativamente ao tema das autocaravanas, referiu que não foi esclarecido se existiram trabalhos a mais nem se houve trabalhos executados por funcionários da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, começando por se desculpar por não ter conseguido abordar todos os assuntos anteriormente. -----

Relativamente à questão da plataforma Gestiona, referiu que o tema já havia sido respondido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, acrescentando que se estava a trabalhar na melhoria do serviço e na correção dos problemas que vão sendo identificados. Destacou que, até ao momento, o principal problema era a consulta dos documentos, mas assegurou que estavam a ser feitos esforços para ultrapassar essa dificuldade. -----

Quanto ao custo de manutenção, informou que existe um custo anual associado, embora não tivesse presente o respetivo valor. Comprometeu-se, no entanto, a facultar essa informação, juntando-a à lista de solicitações já enviadas. -----

Sobre a ausência de resposta durante um mês, explicou que havia reencaminhado os assuntos para os serviços competentes e que o e-mail com o qual se comprometera a responder até ao final da semana foi enviado no próprio dia, cumprindo assim o prazo estabelecido. -----



Relativamente ao Parque de Autocaravanas, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que não tinham existido trabalhos a mais, nem trabalhos executados por funcionários da Câmara. --- Em resposta à intervenção do membro Célia Sabino, esclareceu que não existia qualquer projeto previsto para o adro da igreja ou para o parque de estacionamento adjacente. Acrescentou, contudo, que nada impediria que se procedesse à melhoria da iluminação daquele espaço. -----

Prosseguindo a sua intervenção, manifestou a sua concordância com o membro João Fialho relativamente ao estado do tanque do Rossio, salientando que já tinha abordado esse tema em reunião de Câmara, ocasião em que também expressou o seu desagrado quanto à situação. -- Informou que o projeto em questão tinha sido elaborado por uma arquiteta e, no cumprimento das normas de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, foi implementada uma rampa que, reconheceu, não apresentava uma boa solução estética. Sublinhou que não havia forma de ocultar ou negar a situação, uma vez que era visível a todos. -----

Acrescentou que a obra não era do seu agrado, mas que cumpria as exigências legais em matéria de mobilidade, sendo necessário aceitar compromissos: “para se ter uma coisa, não se podia ter outra”. Assegurou que se procurou fazer o melhor possível dentro do enquadramento legal, ainda que o resultado não tenha sido satisfatório do ponto de vista estético. Concluiu, no entanto, que, felizmente, os restantes projetos tiveram um bom resultado e que, apesar de funcional, aquele em concreto era, esteticamente, menos conseguido. -----

O Senhor Presidente da Câmara, ainda no uso da palavra, respondeu ao membro Bernardino Bengalinha Pinto, afirmando que existia uma adenda ao acordo celebrado com o IHRU, relativamente ao valor acordado, e que poderia remetê-la facilmente. -----

No que respeita ao concurso da Divisão de Gestão de Recursos, referiu não ter dúvidas de que os prazos já tinham sido ultrapassados. Contudo, reiterou que, conforme já havia mencionado, se trata de uma prática habitual em muitos locais, embora tal não signifique que seja legal. -- Acrescentou que pretendia analisar a situação com a devida atenção e tempo, sublinhando, no entanto, que não considerava o assunto uma prioridade. Comprometeu-se a verificar o que se tinha passado na Câmara Municipal de Viana sobre esta matéria, manifestando confiança em que seriam mais céleres do que o anterior executivo tinha sido, relativamente ao processo do SIADAP. -----

Reforçou que, se estivesse a sobrecarregar os funcionários, estaria a prejudicá-los, uma vez que isso representaria uma forma de pressão indesejada. Sublinhou que “aquela casa tem de ser gerida com prioridades”, como já acontecia em mandatos anteriores e continuava a acontecer no atual. Concluiu, afirmando que o presente executivo tinha outras prioridades, excetuando situações graves ou urgentes. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhor Presidente da Junta relativamente ao Parque Industrial de Alcáçovas, informando que, em breve, será lançada uma empreitada que incluirá duas ou três intervenções de menor dimensão, entre as quais se integrará a ampliação das infraestruturas daquele parque. -----

Relativamente aos parques infantis, referiu que se aguardavam propostas, de forma a permitir o avanço das respetivas obras. -----



No que diz respeito à recolha de resíduos recicláveis, afirmou tratar-se de uma situação muito desagradável. Explicou que o Município tinha um acordo com a AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, para a realização desse serviço, mas que esta entidade se viu, entretanto, sem motoristas. Sublinhou que esta dificuldade reflete uma crise mais ampla, que afeta não apenas as Câmaras Municipais, mas também os serviços públicos em geral. Como é do conhecimento geral, os motoristas preferem trabalhar no setor privado, onde auferem salários significativamente superiores, o que levou a AMCAL a perder capacidade para assegurar a recolha. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que foi feito um ajustamento com os trabalhadores da autarquia que já realizavam a recolha de recicláveis porta-a-porta, no sentido de passarem também a assegurar a recolha nos ecopontos. Reconheceu que, embora a situação ainda não se encontrasse no nível desejado, estavam a ser efetuadas correções com os recursos internos. Estimava-se que, dentro de aproximadamente um mês, o serviço estivesse estabilizado, passando então a ser da responsabilidade direta do Município de Viana do Alentejo. -----

Referiu, ainda, que, neste momento, não existiam projetos em curso para dinamizar os tanques, e recordou que esta proposta constava do programa eleitoral da força política VIVA. Informou também que existiam alguns esboços sobre essa matéria na Câmara Municipal. --- Sublinhou que todas as boas propostas seriam sempre consideradas e aproveitadas, independentemente da força política que as apresentasse, reiterando que o executivo estava “ali para trabalhar para a população”. Foi com esse espírito que se aproveitou o financiamento disponível para realizar a obra em causa. Acrescentou que faltava ainda uma segunda fase, que esperava poder ser ele a concretizar. -----

Quanto aos percursos pedestres, afirmou que se tratava de uma questão a acompanhar, pela importância que tem, salientando que o concelho regista uma atividade significativa nessa área. -----

Referindo-se às Áreas de Reabilitação urbana, disse que estavam desatualizadas, não sabendo exatamente o tempo, mas que já estavam antes de assumir funções na Câmara Municipal. ---

Prosseguindo, o Senhor Presidente da Câmara informou que o trabalho iria ser entregue a uma empresa para fazer essa atualização. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, entrando na última ronda de intervenções, solicitou aos membros daquele órgão que fossem sucintos nos seus assuntos. Interveio o membro Bernardino Bengalinha Pinto, referindo-se às declarações do Senhor Presidente da Câmara quanto à legalidade do regime de substituição. Afirmou que, pessoalmente, tal questão não o preocupava, mas considerava que deveria preocupar alguém, alertando para a responsabilidade financeira associada a essa matéria. -----

Relativamente ao SIADAP (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública), expressou satisfação pelo facto de o Presidente Luís Duarte ter conseguido concretizar algo que ele próprio não havia conseguido anteriormente, deduzindo, nesse contexto, que o sistema se encontrava regularizado. -----

Interveio, de seguida, o membro Nuno Grave, que começou por cumprimentar todos os presentes e, antes de se iniciar a análise da Ordem de Trabalhos, quis deixar uma breve nota.



O membro Nuno Grave referiu que a Ordem de Trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal tinha sido elaborada por decisão do Senhor Presidente da Câmara, incluindo pontos condicionados. Especificou que, conforme indicado nos pontos 5, 6, 7, 8 e 9 da referida Ordem de Trabalhos, os mesmos se encontravam descritos como “mediante aprovação em reunião extraordinária da Câmara Municipal de 21 de fevereiro de 2025”, o que constava claramente do documento enviado a todos os membros. -----

Acrescentou ainda que, como era do conhecimento de todos, a Ordem de Trabalhos desta sessão tinha sido enviada no dia 18 de fevereiro e incluía pontos que só foram votados posteriormente, na reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada a 21 de fevereiro. Isto significava que esses pontos foram submetidos à apreciação da Câmara depois da Ordem de Trabalhos da presente sessão já ter sido enviada aos membros da Assembleia. -----

Sublinhou, por fim, que, conforme é do conhecimento geral, apenas podem ser incluídos na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal os assuntos que tenham sido previamente deliberados pela Câmara Municipal ou que tenham despacho do Senhor Presidente ou da Senhora Vice-Presidente, de forma a garantir o cumprimento do quadro legal em vigor. -----

Prosseguindo, o membro Nuno Grave referiu que, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, compete à Mesa da Assembleia estabelecer e regular a Ordem do Dia das sessões. Esta disposição encontra-se igualmente prevista no Regimento da Assembleia Municipal, na alínea a) do n.º 4 do artigo 38.º. -----

Desta forma, questionou como poderia a Mesa da Assembleia verificar a legalidade de uma proposta que ainda não se encontrava formalmente aprovada e, ainda assim, admiti-la para inclusão na Ordem de Trabalhos. -----

Acrescentou que o procedimento correto teria sido solicitar à Assembleia, antes da entrada na Ordem de Trabalhos, a inclusão dos novos pontos, o que, no entanto, não ocorreu. -----

O membro Nuno Grave concluiu a sua intervenção deixando aquele alerta. -----

Antes de conceder a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para que pudesse responder às questões que lhe tinham sido colocadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que gostaria de prestar, ele próprio, um esclarecimento sobre o assunto em causa. -

Referiu que aquilo que o membro Nuno Grave tinha exposto estava absolutamente correto, ou seja, que a forma adequada de proceder consistiria em a Câmara Municipal aprovar previamente os assuntos que deveriam constar na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal subsequente. -----

Salientou que, no entanto, a sua interpretação da situação foi de que existia uma garantia de que os referidos pontos estariam previamente aprovados. Explicou que, por vezes, os Presidentes de Câmara abordam previamente os Vereadores, informando que determinado assunto terá de avançar, e questionam se haverá ou não concordância na sua aprovação. -----

No seu entendimento, tinham existido conversas prévias e havia, por parte do Senhor Presidente da Câmara, a garantia de que os assuntos em questão seriam aprovados. Observando os pontos em causa, considerou que não seria difícil prever a sua aprovação. ----

O Senhor Presidente da Assembleia reforçou que essa foi a sua interpretação e assumiu integralmente a responsabilidade pela situação. Reconheceu que, efetivamente, a forma correta de proceder teria sido aguardar pela aprovação formal dos pontos por parte da Câmara



Municipal e, caso a sessão da Assembleia Municipal já tivesse sido convocada, propor a inclusão dos mesmos na própria reunião. -----

Concluiu afirmando que, se os pontos não constassem da Ordem de Trabalhos da Assembleia e tivessem sido propostos para inclusão durante a sessão, acreditava que teria existido concordância para tal. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, que, respondendo ao membro Bernardino Bengalinha Pinto, afirmou que o processo do SIADAP relativo ao biénio 2023/2024 teria de estar concluído até ao final do mês de março, encontrando-se, ainda, dentro dos prazos estabelecidos. Relativamente ao SIADAP de 2025, informou que, nesse mesmo dia, havia decorrido uma reunião dedicada a esse assunto. -----

Nesse sentido, referiu que, no momento, se poderia considerar que “o SIADAP estava em dia”. -----

O Senhor Presidente da Câmara reconheceu que se tratava de um processo complexo, moroso e difícil de resolver, mas manifestou a sua convicção de que “não lhe iria perder o rasto”, esperando igualmente que ninguém o perdesse no futuro, dada a importância que o mesmo reveste para os salários dos trabalhadores. -----

Quanto à inclusão de pontos condicionados na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal, afirmou que “não inventava nada” e que efetivamente houve contactos prévios com a Vereação. Explicou que a sua intenção foi “ganhar tempo”, evitando a necessidade de convocar reuniões extraordinárias. Sublinhou que o objetivo era facilitar o processo e não causar qualquer prejuízo. -----

Ainda assim, referiu que tomava boa nota do alerta deixado, garantindo que, na próxima sessão, o procedimento seria diferente. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, dando início ao primeiro Período de Intervenção do Público. -----

Verificando a presença de público na sala, o Senhor Presidente da Assembleia questionou se algum dos presentes pretendia colocar alguma questão. -----

Interveio a munícipe Maria Charrua, que começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e todos os presentes. -----

A munícipe referiu que iria colocar uma questão que, segundo as suas palavras, “já ia um bocadinho tarde”, mas que apenas naquele momento surgiu a oportunidade de a apresentar. Explicou que ouvia muitos comentários e conversas, mas que “não ligava a conversas de rua”, preferindo obter informações concretas e verdadeiras. -----

Neste contexto, questionou o motivo pelo qual a escola de Alcáçovas ainda não tinha sido intervencionada, referindo que a mesma “estava uma vergonha” e que era, na sua opinião, uma das escolas mais sujas dos arredores. -----

A munícipe acrescentou que trabalhou durante 25 anos naquele estabelecimento de ensino, o que lhe permitia conhecer bem o seu estado atual. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu à intervenção da munícipe Maria Charrua, informando que iria prestar alguns esclarecimentos sobre o histórico do processo relacionado com a escola de Alcáçovas. -----



Começou por referir que se tratava de um projeto e de uma candidatura que havia sido submetida dentro de todos os prazos legais, cumprindo integralmente as condições exigidas. Explicou que a candidatura foi inicialmente submetida até ao dia 27 de abril de 2023, mas que o prazo viria a ser prorrogado até agosto do mesmo ano. Referiu ainda que, à data da submissão inicial, esta era a única candidatura proveniente do Alentejo Central, num contexto em que estavam disponíveis 10 milhões de euros, sendo que a candidatura do Município representava cerca de 2 milhões de euros. -----

Com a prorrogação do prazo até agosto, passaram a existir três candidaturas válidas: duas oriundas do Alentejo e uma do Alentejo Central, correspondente ao Município em questão. Contudo, verificou-se uma nova prorrogação do Aviso até novembro, coincidindo com o encerramento do programa Portugal 2020, o que levou à invalidação das candidaturas então submetidas. -----

Informou que, perante essa situação, foi necessário ao Município submeter uma nova candidatura, sendo apontadas como alternativas o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência ou o Portugal 2030, tendo sido aconselhada a candidatura através deste último. Acrescentou que foi submetida nova candidatura, com a agravante de ter sido solicitado um novo projeto de especialidades. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que, nesta segunda fase, o Município não conseguiu ser tão célere como outros, embora a candidatura tenha sido submetida dentro do prazo limite. Assinalou, ainda, que o Governo adotou uma política de avaliação diferente da habitual, passando a avaliar as candidaturas por ordem de chegada, o que anteriormente não ocorria. - Neste contexto, e face à existência de um limite de verbas, o apoio foi atribuído às escolas, cujas candidaturas foram submetidas em primeiro lugar, o que não foi o caso do Município de Viana do Alentejo. -----

O Senhor Presidente salientou o desagrado em relação a este desfecho, sublinhando que o projeto em questão era o que se encontrava em estado mais avançado de maturidade. No entanto, frisou que o facto de ainda não se ter alcançado o objetivo não significava que o processo estivesse encerrado ou perdido, uma vez que havia indicação de que poderia haver reforço de verbas, o que possibilitaria a realização da obra. -----

Concluiu dizendo que o processo estava devidamente preparado e que, caso se confirme a disponibilidade financeira, será lançado o concurso para a execução da obra. -----

Entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão- A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, no final da mesma, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

Ponto dois) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da câmara – Neste Ponto da Ordem de Trabalhos o Senhor Presidente da Câmara explicou que este documento era o resumo das informações sobre a Atividade da Câmara que é submetido a apreciação nas



reuniões de Câmara e colocou-se à disposição para responder às questões que pudessem ser colocadas. -----

Interveio o membro Bernardino Bengalinha Pinto, que dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara as seguintes questões: -----

- Solicitou informações sobre uma reunião realizada com o MAI – Ministério da Administração Interna; -----
- Questionou sobre um valor referente à empresa Dream Street, S.A., que tinha sido apresentado na última sessão da Assembleia Municipal, mas que já não constava no documento apresentado na presente sessão, pelo que perguntou se tal se devia ao pagamento da referida dívida. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu-se ainda ao Centro Social de Aguiar, mencionando que tinha assistido à gravação da reunião de Câmara de 12 de fevereiro, o que o levava a reforçar que o mais importante neste momento seria colocar o equipamento à disposição das escolas e da população com a maior brevidade possível. -----

Registou, com agrado, uma ligeira inflexão na abordagem relativamente às responsabilidades atribuídas ao executivo anterior, mas, por não ter ficado com total certeza sobre essa mudança de posição, pretendia clarificar hoje a perspetiva do atual executivo sobre o assunto.

O membro Bernardino Bengalinha Pinto prosseguiu a sua intervenção, citando declarações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara na reunião em que o tema do Centro Social de Aguiar foi discutido, nomeadamente: -----

“E havia uma empresa de fiscalização e um Engenheiro da Câmara Municipal; quem era eu para saber se a porta estava no sítio certo, bem como o resto das irregularidades. Essas responsabilidades eram da empresa de fiscalização e do Engenheiro da Câmara Municipal.” ----
Perante estas afirmações, o membro Bernardino Bengalinha Pinto afirmou não ter percebido com clareza se o raciocínio do Senhor Presidente se aplicava apenas ao atual executivo ou também ao executivo anterior. -----

Assinalou, com agrado, a “mea culpa” assumida pelo Senhor Presidente da Câmara no que respeita ao pedido de vistoria e inspeção, reconhecendo que este foi tardio, o que, na sua perspetiva, constitui o fator determinante para a não abertura, até à data, do referido equipamento. Relativamente ao assunto em apreço, o membro Bernardino Bengalinha Pinto esclareceu que não pretendia “sacudir a água do capote” nem minimizar os eventuais erros associados ao projeto, à fiscalização ou ao acompanhamento até ao dia 8 de outubro de 2021. Contudo, referiu que o longo período decorrido entre o final da obra (dezembro de 2022) e o momento presente, totalizando vinte e seis meses, não poderia, em sua opinião, ser totalmente imputado ao executivo anterior. -----

A concluir a sua intervenção, o membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que, não tendo encontrado qualquer referência ao assunto nos documentos apresentados, gostaria de saber se a inspeção de segurança contra incêndios só agora foi solicitada.-----



Questionou ainda quem validou as falhas detetadas, qual foi a resposta da empresa de fiscalização, e o que constava nos relatórios mensais e nos eventuais relatórios semanais sobre a obra. -----

Mencionou ainda que, como era do conhecimento geral, o Engenheiro que inicialmente acompanhou a obra foi o Engenheiro João Lourenço, o qual saiu posteriormente para o Município de Alvito. -----

Referiu que tinha conhecimento de que o Engenheiro tinha passado a pasta e reunido, eventualmente, com o executivo, o novo Engenheiro responsável e o dono da obra. -----

Nesse contexto, questionou se, tendo as irregularidades já ocorrido nessa altura, não teriam sido detetadas de imediato, de forma a permitir que a sua resolução fosse antecipada. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao membro Bernardino Bengalinha Pinto, referindo que já havia assumido a “mea culpa” relativamente ao processo e que continuava a fazê-lo, reconhecendo que deveria ter solicitado, de imediato, a inspeção ao equipamento, em vez de tentar resolver, em primeira instância, os problemas identificados. -----

Afirmou que a inspeção já tinha sido realizada, contudo, o relatório final ainda não se encontrava em sua posse, pelo que não poderia, neste momento, indicar o seu conteúdo. -----

Relativamente à fiscalização da obra, o Senhor Presidente afirmou que, em seu entender, uma parte significativa da responsabilidade recaía sobre o anterior executivo, uma vez que, quando assumiu funções, a porta já se encontrava colocada no local incorreto. -----

Sublinhou que a fiscalização tinha ocorrido durante o mandato do executivo anterior, e não durante o seu. -----

O Senhor Presidente referiu que não foi solicitada a inspeção mais cedo, com a intenção de resolver previamente algumas questões; contudo, tal revelou-se impossível, tendo, apesar das tentativas realizadas, sido necessário recorrer à inspeção e, conforme afirmou, “dar o braço a torcer”, reconhecendo que a mesma deveria ter sido pedida mais cedo. -----

Acrescentou ainda que a atribuição de culpas era uma questão relativa, tendo já por diversas vezes sido confrontado com o facto de se ter procedido à inauguração do espaço. Esclareceu que era do conhecimento geral que, caso não tivesse ocorrido a inauguração oficial, os financiamentos seriam perdidos. Sublinhou que, embora a cerimónia pudesse ter sido menos pomposa ou realizada noutra data que não o 25 de abril, a realização da inauguração oficial era imprescindível, sob pena de não só se perderem as verbas, como também de ser necessário repor os montantes já recebidos. -----

O Senhor Presidente referiu que não poderia prestar mais esclarecimentos sobre o assunto em causa, por considerar que tal iria contra os seus princípios, sublinhando que a sua posição sobre a matéria já havia sido expressa publicamente. Informou ainda que se encontra a aguardar a emissão do relatório oficial, pelo que não se pronunciaria mais sobre o tema nesta fase. -----

Relativamente ao valor atribuído à empresa Dream Street, esclareceu que se tratou de uma falha dos serviços, a qual foi assumida pelos próprios. Explicou que o erro resultou da utilização de um documento anterior, através de um procedimento de “copy-paste”, o que originou a incorreção. -----

O Senhor Presidente afirmou que a empresa em causa não devia qualquer valor ao Município até à data, estando todas as obrigações devidamente regularizadas. -----



Recordou ainda as observações do Senhor Presidente da Assembleia relativamente à recorrência de erros desta natureza, os quais não deveriam acontecer. -----

Acrescentou que, apesar de o erro em questão não ter tido gravidade para a Assembleia, foi suscetível de gerar a perceção de que a empresa estaria em dívida com o Município no montante de cerca de 130 mil euros, o que não corresponde à verdade, uma vez que a empresa tem as suas contas em ordem. -----

Por fim, o Senhor Presidente lamentou o sucedido, tendo referido que solicitou aos serviços a devida atenção relativamente a este tipo de erros, uma vez que, embora não o prejudiquem diretamente, no caso em apreço a entidade lesada foi uma empresa que não possuía qualquer dívida para com a Câmara. -----

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra e questionou o Senhor Presidente da Câmara acerca do valor em causa, procurando saber a que se referia. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o valor em questão diz respeito a uma taxa de cedência. Esclareceu que, para a legalização da obra em causa, a empresa precisaria ceder espaço que não possui, havendo a possibilidade de o pagamento ser efetuado em espécie. -----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou ainda se este assunto se referia ao hotel. O Senhor Presidente da Câmara confirmou e, em seguida, relembrou que, na sessão anterior da Assembleia Municipal, o membro Fernando Janeiro tinha mencionado que lhe parecia que o assunto estava relacionado com o estacionamento. No entanto, o Senhor Presidente afirmou que, na altura, não se recordava do nome da empresa, razão pela qual não associou as duas questões. Reafirmou, contudo, que sabia que a empresa não tinha quaisquer dívidas para com o Município, até porque se tratam de valores elevados, os quais são facilmente controlados quando entram. -----

Relativamente ao Ministério da Administração Interna (MAI), o Senhor Presidente informou que que os valores não estavam em causa. No entanto, mencionou que existia um impasse entre o MAI e a empresa responsável pelo projeto, pois esta pretendia cobrar uma verba adicional referente à atualização dos preços, tendo em conta o tempo já decorrido desde a elaboração do projeto. Com a subida dos custos, a empresa procurava uma atualização, mas o MAI não estava a aceitar essa alteração. Contudo, conforme as informações que o Senhor Presidente possuía, parecia que o problema estava a ser ultrapassado. -----

O Senhor Presidente acrescentou que estavam a aguardar uma adenda do MAI para que pudessem proceder ao lançamento da obra, sendo que o processo já se encontrava completo, tal como aconteceu com outras obras. -----

Interveio, de seguida, o membro Frederico Carvalho, que também se referiu ao assunto do MAI e questionou se a reunião se tinha centrado exclusivamente no edifício da GNR ou se houve alguma abordagem adicional, nomeadamente no que diz respeito ao reforço das forças de segurança e de viaturas. Ou seja, questionou sobre as questões que tem levantado relativas à falta de segurança e às maiores necessidades de contingentes, bem como de recursos logísticos e operacionais. -----

Voltou a intervir o membro Bernardino Bengalinha Pinto, referindo que o Senhor Presidente da Câmara não tinha respondido a algumas questões que lhe havia colocado anteriormente, nomeadamente, sobre o que a fiscalização disse acerca do assunto em questão e se, na altura em



que o primeiro Engenheiro deixou a Câmara, não teria sido um momento adequado para identificar as irregularidades da obra. -----

Prosseguindo, afirmou que o Senhor Presidente mencionou a questão de "dividir as culpas", mas havia um ponto que ele não tinha gostado de ver, referindo-se a uma publicação feita pelo Senhor Presidente no Facebook, relativa a uns muros. Na publicação, havia um comentário de uma senhora que dizia: "Agora falta o Centro poder ser utilizado, pois até à data ainda não foi possível. Nem as crianças da escola o podem utilizar". -----

A isto, o Senhor Presidente respondeu que "devido a graves erros do anterior executivo, aguardamos inspeção da Proteção Civil". -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto questionou se o atual Engenheiro ou o executivo já haviam tentado entrar em contacto com o engenheiro João Lourenço, embora este se encontrasse em Alvito, com o objetivo de esclarecer alguns aspetos relativos ao que aconteceu na obra em questão. -----

Salientou ainda que, a partir de 8 de outubro de 2021, já não seria ele a quem caberia exigir responsabilidades à fiscalização e aos engenheiros, uma vez que não detinha "poder sobre essas pessoas". Reforçou que, na sua perspetiva, o anterior Presidente da Câmara era o responsável por toda a situação, mas que, com a mudança de executivo, a responsabilidade passava a ser do atual Presidente da Câmara. No entanto, reconheceu que poderiam existir outras opiniões, como a do Senhor Presidente da Câmara, que em reunião de Câmara teria referido que "a grande asneira que este executivo fez foi, no dia em que nos entregaram a obra, não termos pedido uma inspeção à Proteção Civil. Detetavam-se todos os erros que estavam ali e nós, a seguir, passávamos a responsabilidade e a "batata quente" para o anterior executivo". -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto afirmou que o que desejava debater era a perspetiva do Senhor Presidente da Câmara, que, na sua opinião, estava incorreta. Afirmou que "não se trata de passar a batata quente para o anterior executivo", mas sim de procurar resolver os problemas, de modo a permitir que a população possa usufruir dos benefícios da obra. -----

Nesse sentido, referiu que o Senhor Presidente da Câmara havia escrito, no boletim municipal de abril de 2022, que "ganhámos as eleições, a nossa obrigação é trabalhar, no sentido de resolver os problemas existentes e encontrar soluções para que haja uma melhoria significativa nos próximos 4 anos, no nosso Concelho". -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto expressou o seu apoio a essas palavras, mas destacou que era necessário que as ações correspondessem às declarações que eram feitas. -----

Continuando a sua intervenção, o membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que o Senhor Presidente da Câmara havia chamado de "presente envenenado" ao Centro Social de Aguiar. Destacou que este investimento havia custado mais de 1 milhão e 200 mil euros, sem recorrer a financiamento bancário, sendo totalmente financiado com capitais próprios. Embora não soubesse qual era a taxa de financiamento, acreditava que esta superava os 85%. -----

Na sua opinião, aquele investimento foi extremamente benéfico para a freguesia, pelo que não compreendia como poderia ser considerado um "presente envenenado". -----

Salientou que a sua intenção não era atribuir culpas a alguém em particular, mas sim buscar soluções para resolver os problemas. Manifestou-se disponível para contactar o Engenheiro João



Lourenço, mencionando que, se fosse ele, já teria feito esse contacto tanto com o engenheiro quanto com o Presidente da Câmara. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto realçou que havia um aspeto que o surpreendia, nomeadamente o facto de o Senhor Presidente da Câmara, com mais de 30 anos de experiência neste percurso, ter referido que todas as obras sofrem atrasos, mas que, no final, “acabam bem”. Relativamente à obra da ASA, afirmou que esta acabaria bem porque tinha sido iniciada pelo próprio Senhor Presidente e, por isso, seria também concluída por si. Acrescentou que o mesmo se aplicava às obras iniciadas por si ou por outros Presidentes, as quais também terminaram de forma positiva. -----

Contudo, sublinhou que os verdadeiros problemas surgem nas obras de transição, ou seja, aquelas que passam de um executivo para outro. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que todos os Presidentes passam por dificuldades durante os seus mandatos. A propósito do caso do Centro Social de Aguiar, explicou que, tinham concorrido duas empresas: uma que já se encontrava em contencioso com o Município de Portel, e o Senhor Messias. -----

Relativamente a este último, afirmou que, de acordo com o que é conhecido, o referido construtor “não é fácil” no exercício da sua atividade. -----

De acordo com o visionamento do vídeo da reunião de Câmara, o membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que, quando o Senhor Presidente da Câmara se pronunciou sobre os erros do projeto, os mesmos diziam respeito às bancadas, a uma porta de emergência e a um interruptor. -----

Acrescentou que não compreendeu a expressão utilizada pelo Senhor Presidente da Câmara quando se referiu a “dar o braço a torcer”, considerando que, após a conclusão da obra, a ação correta seria a realização de uma inspeção, conforme os procedimentos habituais. -----

Prosseguindo a sua intervenção, o membro Bernardino Bengalinha Pinto mencionou novamente a expressão utilizada pelo Senhor Presidente da Câmara — “presente envenenado” — no contexto das obras que transitaram do anterior executivo. A título de exemplo, referiu a obra da EBSIS. -----

Salientou que a obra da EBSIS foi apresentada num órgão de comunicação como sendo “a obra do mandato” do atual Senhor Presidente da Câmara. Neste contexto, questionou a coerência de tal afirmação, uma vez que uma parte significativa da referida obra já foi executada pelo executivo anterior. -----

Acrescentou que, pelo menos, tinham ficado aprovados 1 milhão e setecentos e cinquenta mil euros de financiamento no âmbito do FEDER, valor esse assegurado na anterior gestão autárquica. -----

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra e agradeceu pelas oportunidades que a vida proporciona. Referiu que, naquela sala, estavam representados os últimos 32 anos da Presidência da Câmara Municipal de Viana do Alentejo. -----

Partilhou que tais recordações lhe vieram à memória durante a intervenção do membro Bernardino Bengalinha Pinto, especialmente quando este se referiu a comentários feitos no Facebook, dos quais não teria gostado. A esse propósito, o Senhor Presidente da Assembleia observou que, se alguns dos presentes comesçassem a comentar episódios semelhantes...-----



Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia fez referência às chamadas “obras de transição”, à assunção de responsabilidades e à eventual responsabilização de terceiros, considerando que havia muito a refletir e a dizer sobre essas matérias. -----

Sublinhou que, naquela sessão, estavam presentes as três pessoas que protagonizaram os últimos 32 anos da Presidência da Câmara Municipal e que, até prova em contrário, todos se encontravam lúcidos, demonstrando memória clara dos vários episódios ocorridos ao longo desse período. Nesse sentido, afirmou que cada um teria certamente muito a partilhar sobre as experiências vividas na gestão autárquica. -----

Interveio novamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, Frederico Carvalho, que, aproveitando as palavras do membro Bernardino Bengalinha Pinto, apelou igualmente à serenidade de todos os presentes. Referiu ainda que era curioso constatar que, semana após semana, Assembleia após Assembleia, se acabava por dar cada vez mais visibilidade à única alternativa existente, a força política VIVA. Acrescentou que o VIVA, certamente, não tinha qualquer responsabilidade sobre os assuntos que estavam a ser discutidos naquela sessão. -----

Considerou-se que os sucessivos momentos de atribuição de culpas entre intervenientes deveriam terminar, sugerindo-se que, no final da Assembleia, se procurasse um momento simbólico de reconciliação, designadamente "fumar um cachimbo da paz", para, então, começar a projetar o futuro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a sugestão e salientou que, “independentemente das aparentes divergências, todos eram amigos de longa data”. -----

De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, que reforçou a ideia de que “eram amigos e serenos”, acrescentando que, entre os presentes que eventualmente se viriam a candidatar, era o único que já o tinha assumido publicamente, ressaltando, no entanto, que ainda não se encontrava em campanha, tal como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas. -----

Respondendo ao membro Bernardino Bengalinha Pinto, o Senhor Presidente da Câmara referiu que, relativamente ao contacto com o Engenheiro João Lourenço, provavelmente este não atenderia o seu telefonema, podendo, no entanto, atender o do referido membro. Acrescentou que tinha conhecimento de algumas queixas por parte de Técnicos da Câmara, que pretendiam falar com o Engenheiro João Lourenço e não obtinham resposta. -----

Relativamente a este assunto, afirmou, ainda, que o referido Engenheiro não tinha entregue toda a documentação necessária, sendo que, ainda nos dias de hoje, continuavam a ser procurados ficheiros nos serviços da Câmara que não tinham sido devidamente entregues. Sublinhou que não era sua intenção abordar casos individuais, mas, uma vez que o tema foi levantado, considerava necessário prestar esclarecimentos, de forma a não ser, mais uma vez, responsabilizado por algo que não lhe competia. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que, por diversas vezes, a própria fiscalização não prestou as informações necessárias. Acrescentou que o membro Bernardino Bengalinha Pinto conhecia bem o método de trabalho da fiscalização, uma vez que também já tinha enfrentado dificuldades com este serviço, tal como o atual executivo. Sublinhou que não se preocupava com



eventuais reações negativas à visualização dos vídeos por parte da fiscalização, afirmando que “não estava ali para fazer amigos, mas para resolver problemas”. -----

Relativamente à empresa em questão, considerou que esta representava “um presente envenenado”, que teria de suportar “até ao final”.-----

Aludindo à rede social Facebook, o Senhor Presidente da Câmara referiu que não era habitual intervir ou fazer comentários, a não ser numa ou noutra ocasião. Dirigindo-se ao membro Bernardino Bengalinha Pinto, afirmou ter percebido que “se estava a chegar ao momento de dizerem que a escola era vossa”, uma vez que, na sua intervenção, o referido membro mencionou que “também lá tinha deixado uma percentagem”. -----

Acrescentou que o anterior executivo pouco tinha contribuído para a concretização da obra, tratando-se de um projeto com várias deficiências, além de um processo bastante moroso. Referiu que o orçamento inicial rondava 1 milhão e 200 mil euros, tendo posteriormente aumentado para 1 milhão e 700 mil euros, e que o valor final previsto seria de 3 milhões e 600 mil euros, devido a erros de arquitetura, entre outros fatores. -----

Reconheceu-se que os materiais tinham, de facto, sofrido um aumento de preço, o que implicava a atualização dos valores das empreitadas. Contudo, o Senhor Presidente da Câmara considerou que a principal responsabilidade pelas falhas associadas à obra da escola recaía sobre o tempo do seu próprio executivo, sendo que a reduzida parte atribuível ao anterior executivo dizia respeito ao projeto, que classificou como deficiente. -----

Referiu ainda que, quando afirmava “dar o braço a torcer”, era porque reconhecia que também não realizava tudo de forma perfeita — algo que, segundo disse, não acontecia com o anterior executivo, que não assumia falhas. -----

A propósito do Centro Social de Aguiar, o Senhor Presidente da Câmara reiterou que não voltaria a pronunciar-se sobre o assunto, exceto quando estivesse na posse do respetivo relatório, evitando, assim, ser confrontado novamente com questões sobre o tema. Recordou que já tinha informado que foram os engenheiros da Câmara Municipal que detetaram as falhas existentes, embora tenha sublinhado que “isso valia o que valia”, pois seria o relatório final a permitir o devido esclarecimento e a retoma da discussão. -----

Acrescentou ainda que, se o membro Bernardino Bengalinha Pinto tivesse demonstrado na referida obra o mesmo nível de rigor que demonstrou ao analisar os minutos de um vídeo, talvez a situação da obra tivesse sido diferente. Referiu que, nesse caso, a obra já poderia estar concluída e ao serviço da população, o que não aconteceu devido às falhas identificadas. -----

Em resposta ao membro Frederico Carvalho, disse que a reunião se baseou apenas no edifício da GNR e sobre a atualização dos preços. -----

Verificou-se ainda a intervenção do membro Bernardino Bengalinha Pinto, que se referiu ao facto de o Senhor Presidente da Câmara não ter mencionado o atraso no pedido de inspeção, sublinhando que tal responsabilidade não lhe competia. Questionou diretamente: “Por que motivo não foi pedida a inspeção quando a obra terminou?” -----

Considerou que essa era a questão que devia ser esclarecida de imediato pelo Senhor Presidente da Câmara, observando que este “rodeava assunto” sem lhe dar resposta concreta, mas que “teria de explicar”. -----



Relativamente à alegada não entrega da documentação da obra por parte do Engenheiro João Lourenço, o membro Bernardino Bengalinha Pinto afirmou que foi o Senhor Presidente da Câmara quem autorizou a sua saída, sendo, por isso, também da sua responsabilidade solicitar a entrega dos referidos documentos. Considerou que essa incumbência não poderia recair sobre o anterior Presidente da Câmara, que já não se encontrava em funções. -----

Em resposta à afirmação do Senhor Presidente da Câmara de que “a obra da escola era toda do atual executivo”, declarou que, da sua parte, não havia qualquer objeção em assumir essa posição, embora se estivesse a ignorar o investimento de 1 milhão e 750 mil euros de fundos FEDER aplicados na obra, acrescentando que “isso pouco contava”. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que o que deveria ser devidamente esclarecido era que a responsabilidade pela obra da EBSIS não competia à Câmara Municipal. Explicou que, em 2016, as autarquias foram convidadas a estabelecer uma parceria com o Governo para a realização dessas intervenções, tendo, inclusive, o Presidente da Câmara de Évora recusado tal parceria, precisamente por considerar que não era uma competência municipal. -----

No que respeita à sua própria gestão, afirmou que optou por seguir esse caminho com o objetivo de melhorar as condições da escola para a comunidade educativa, reconhecendo, no entanto, que o processo não decorreu conforme o inicialmente previsto. -----

A concluir a sua intervenção, o membro Bernardino Bengalinha Pinto fez referência à afirmação do Senhor Presidente da Câmara de que apenas se pronunciaria sobre o Centro Social de Aguiar quando estivesse na posse do respetivo relatório. -----

Na sua opinião, este tipo de troca de argumentos continuaria a repetir-se, mas sublinhou que assumia integralmente a responsabilidade pelas decisões tomadas até 8 de outubro de 2021. Considerando que a obra foi concluída em dezembro de 2022, questionou por que motivo o Senhor Presidente da Câmara não solicitou, de imediato, uma vistoria referente à Segurança Contra Incêndios, observando que tal explicação ainda não fora dada. Perguntou também por que razão os Técnicos da Câmara não aconselharam o Senhor Presidente nesse sentido. -----

Acrescentou que continuava sem compreender por que motivo, aquando da reunião entre o Engenheiro João Lourenço e o técnico que atualmente se encontra na Câmara, não foi verificado se a obra apresentava alguma irregularidade. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que, dirigindo-se ao membro Bernardino Bengalinha Pinto, referiu que a expressão “tem de” correspondia a uma forma verbal imperativa, a qual não era habitual neste tipo de trabalhos. Esclareceu que, no âmbito dos trabalhos da Assembleia, colocavam-se questões e aguardavam-se as respetivas respostas, as quais deveriam ser tão adequadas quanto possível, mas sem recurso ao modo imperativo.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelo membro Bernardino Bengalinha Pinto, lamentando que o mesmo não tenha feito referência aos muros que deveriam ter sido construídos junto a habitações antes do início da obra, situação que apenas foi resolvida no atual mandato. -----

Recordou que o membro Bernardino Bengalinha Pinto exerceu funções como Presidente da Câmara durante doze anos, período em que concretizou algumas realizações, mas também deixou diversas outras por fazer. Afirmou que “a obra da escola não era sua, mas da população”,



sublinhando que esta era uma das obras realizadas pelo seu executivo, entre outras que ainda deixaria. -----

Relativamente à questão do pedido de inspeção não ter sido feito de imediato, o Senhor Presidente da Câmara reiterou a resposta anteriormente dada, explicando que não o solicitou logo porque procurou “tapar os erros” do anterior executivo, com o objetivo de disponibilizar a infraestrutura à população o mais rapidamente possível. Reconheceu que tal decisão foi um erro e que já o tinha assumido como tal, num verdadeiro “mea culpa”. Contudo, declarou não poder assumir todas as falhas existentes, as quais seriam identificadas no relatório final. -----

Voltou a usar da palavra o membro Bernardino Bengalinha Pinto, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para referir que se encontravam ali num espaço de diálogo e que se sentiu censurado por ter utilizado a expressão “o Senhor Presidente da Câmara deve responder”, afirmando que usara o termo “deve” numa perspetiva política. -----

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu, afirmando que “deve” era, de facto, a forma adequada de colocar questões. -----

Em seguida, o membro Bernardino Bengalinha Pinto afirmou que “não recebia lições de como falar” por parte do Senhor Presidente da Assembleia e reiterou que o Senhor Presidente da Câmara continuava sem responder às questões relativas à entrega de documentos por parte do Engenheiro João Lourenço antes da sua saída, bem como à ausência de exigência de esclarecimentos durante a reunião realizada com o técnico que se encontra atualmente na Câmara. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que respondeu ao membro Bernardino Bengalinha Pinto, afirmando que não tinha havido nenhuma reunião.-----

Ponto três) Proposta de aprovação do Método de Imputação das Despesas com o Pessoal da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central aos Municípios associados-

Nos termos da proposta apresentada e após breve explicação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, a Assembleia deliberou aprovar, por unanimidade, o Método de Imputação das Despesas com o Pessoal da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, aos Municípios associados. -----

Ponto quatro) Proposta de aprovação da contribuição fixa mensal para a AMCAL - Associação de Municípios do Alentejo Central, no ano de 2025-

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou a proposta, referindo os valores utilizados nos anos anteriores, bem como o valor fixado para o ano de 2025, que se manterá nos 2.000 (dois mil) euros mensais, à semelhança do que ocorreu em 2024 e 2023. -----

Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto cinco) Proposta de desafetação de áreas do Domínio Privado Municipal para Domínio Público Municipal, na sequência da operação de Loteamento do conjunto habitacional Municipal de Aguiar, integrado na Estratégia Local de Habitação (mediante aprovação em reunião extraordinária da Câmara de 21 de fevereiro de 2025-

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e esclareceu que o presente assunto teria de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, de forma a obter a necessária autorização para a respetiva desafetação, permitindo assim a conclusão do processo de loteamento. -----



Acrescentou que o referido loteamento é constituído por 22 fogos, incluindo ainda uma área destinada a serviços e outra a espaços verdes. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto seis) Proposta de aprovação do mapa "Demonstração do desempenho orçamental", Nos termos do artigo 145.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado do Ano de 2025, mediante aprovação em Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 21 de fevereiro de 2025 – O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que este assunto era

submetido à aprovação todos os anos, uma vez que tinha de ser aprovado antes da integração do saldo. -----

A Assembleia deliberou aprovar, por maioria, com 7 votos favoráveis, por parte da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, António Grosso, Paula Maurício, Sara Rodrigues, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e 11 abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, Bernardino Pinto, Fernando Janeiro, José Nazaré Pereira, João Antunes e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, João Fialho, Ricardo Soldado e Frederico Carvalho). ----

Ponto sete) Proposta de aprovação da 5ª Alteração Orçamental que integra a 1.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 1.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa e a 1.ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – O Senhor

Presidente esclareceu que o referido documento integrava o saldo anterior, redistribuindo-o pelas novas rubricas orçamentais. -----

O membro Fernando Janeiro interveio, referindo que, no Período Antes da Ordem do Dia, havia mencionado que iria abordar este assunto. Salientou que, na documentação distribuída, constavam duas propostas de resolução destinadas à Assembleia Municipal, o que gerava dúvidas quanto à proposta que efetivamente estaria em votação. Após comparação entre os documentos, verificou-se que eram praticamente idênticos, excetuando um elemento incluído mais no final de um deles. Esta situação implicava a necessidade de uma análise linha a linha entre os dois documentos, evidenciando, segundo o referido membro, mais uma falha da plataforma Gestiona. Interveio também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Frederico Carvalho, que referiu que, no entender da força política VIVA, o documento em análise não apresentava qualquer irregularidade. No entanto, observou que havia uma alteração na metodologia adotada para a deliberação do ponto em causa. -----

Acrescentou que, ao contrário do ocorrido no ano anterior, em que as várias propostas de alteração foram discutidas e votadas ponto a ponto, a metodologia atual se apresentava diferente. Sem colocar em causa a validade do procedimento, questionou se a sua observação se confirmava e se existia uma justificação plausível para a mudança. Considerou ainda que o modelo anterior era, na sua opinião, mais rigoroso e permitia demonstrar de forma mais clara as vontades das forças políticas presentes relativamente à aprovação ou rejeição de cada ponto. -----

O Senhor Presidente esclareceu que esta situação já havia sido analisada e recomendada há algum tempo, tendo em conta que este método já vinha sendo utilizado nas reuniões de Câmara. Considerou que esta metodologia parecia ser a mais adequada, mas, não sendo da sua área de especialidade, remeteu uma explicação técnica ao Dr. Jorge Pinto, presente na sessão. -----



O Dr. Jorge Pinto explicou que a Assembleia Municipal se pronunciará sobre a alteração modificativa aos instrumentos previsionais, que são constituídos pelo Orçamento e pelo Plano. Indicou que não faria sentido separar a receita da despesa, uma vez que o Plano está dependente do Orçamento, o qual suporta não só o Plano como também outras matérias. --- Acrescentou ainda que a Lei refere expressamente tratar-se de uma “alteração modificativa” no respetivo ponto. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para responder ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, confirmando que, no ano anterior, o referido ponto tinha sido apresentado de forma dividida em três partes. -----

O membro Fernando Janeiro voltou a intervir, questionando se o agrupamento das duas componentes - receita e despesa - decorria de uma exigência legal ou se se tratava apenas de uma opção por conveniência. Caso se tratasse da segunda hipótese, considerou que, na sua opinião, “não faz sentido nenhum”, uma vez que poderia concordar com a integração da receita, mas não concordar com a forma como a mesma era distribuída na componente da despesa. -----

O Senhor Presidente respondeu que a decisão foi tomada com base no aconselhamento da parte técnica, acrescentando que, certamente, não teria sido aconselhado a adotar um procedimento que não fosse legal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou esclarecimentos ao Dr. Jorge Pinto, que exemplificou a questão afirmando que, caso a receita estivesse sustentada num aumento substancial de taxas e tarifas e fosse reprovada, enquanto a despesa destinada, por exemplo, a “festas e bailaricos” fosse aprovada, tal conduziria à inviabilização do documento, por falta de receita que a suportasse. -----

Reforçou que, do ponto de vista técnico, se trata de um único documento, englobando os Documentos Previsionais. Acrescentou ainda que, aquando da sua assistência à sessão da Assembleia Municipal de 2022, ficou surpreendido com a forma como o ponto foi dividido, considerando que tal situação “estava ferida de ilegalidade “. -----

Submetida a votação, a Proposta de Aprovação da 5.ª Alteração Orçamental, que integra a 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, a 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e a 1.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, foi aprovada por maioria, com 7 votos a favor dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, António Grosso, Paula Maurício, Sara Rodrigues, Marta Rebocho e Rosinda Gaio), 5 abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, João Fialho, Ricardo Soldado e Frederico Carvalho) e 6 votos contra dos eleitos do PS (Nuno Grave, Bernardino Pinto, Fernando Janeiro, José Nazaré Pereira, João Antunes e Tânia Milhano). -----

O membro Frederico Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, apresentou uma declaração de voto, justificando a abstenção dos eleitos do VIVA neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Referiu na sua declaração que *“votámos contra o Orçamento e os Documentos Previsionais para 2025 e já tínhamos justificado anteriormente essa posição pela oposição que fazemos, politicamente, a esta governação e por prioridades e estratégias com as quais não concordamos. Criticamos também o não cumprimento de promessas que vinham de trás.*



Somos de facto contra um conjunto de investimentos que não consideramos prioritários. No entanto, consideramos que seria uma irresponsabilidade acrescida condicionar ou restringir, ainda mais, as receitas a que o Município tem direito, que não são comparáveis a outras. De qualquer das formas, era um garrote ainda superior àquilo que já entendemos que deveria existir. Não concordamos com a política, mas, ainda assim, não podemos inibir por completo exercício autárquico do Município e deste executivo, que pese embora, tenha ganho por uma escassa margem, mas foi quem venceu as eleições.” -----

O membro Fernando Janeiro apresentou também uma declaração de voto, que se transcreve de seguida: -----

“O PS concorda com todas as receitas a receber pelo Município, concordamos com a inclusão do saldo de gerência do ano anterior, bem como todas as receitas a receber pelo Município, nomeadamente, do FEDER, PRR e todas as outras.

Não concordamos com a proposta de aplicação dos montantes do FEF- Fundo de Equilíbrio Financeiro, na parte do acréscimo referente a fevereiro de 2025.

Como se sabe, o PS votou contra o Orçamento Municipal para 2025. Assim e em coerência com essa votação, votamos, agora, contra esta alteração Orçamental porque ela contém alterações relacionadas com o nosso voto contra o Orçamento e porque essas alterações estão misturadas com todas as outras com que concordamos, Por outro lado, queremos referir que não foi devido ao voto contra do PS que não foram feitas obras importantes no Concelho, Como exemplo, referimos a requalificação das casa pré-fabricadas de Aguiar, que não ainda iniciada devido ao atraso do executivo da CDU na gestão do referido processo, perdendo a oportunidade de financiamento a 100%, pelo PRR. Outro exemplo é a construção do novo Quartel da GNR”

Ponto oito) Proposta de pedido de autorização para abertura de concurso público para a concessão de Exploração do Bar do Paço dos Henriques (mediante aprovação em Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 21 de fevereiro de 2025) – O Senhor

Presidente da Câmara explicou que se tratava do aproveitamento de um espaço que se encontrava encerrado, havendo já anteriormente manifestações de interesse na sua abertura. Referiu que o referido espaço reunia todas as condições para ser explorado e que, certamente, contribuirá para dar “mais vida” ao Paço, o qual recebe numerosos visitantes. -----

O membro Frederico Carvalho interveio, felicitando o Senhor Presidente da Câmara pela iniciativa, ainda que, na sua opinião, tardia, afirmando que “mais vale tarde que nunca”. Considerou que esta ação representaria uma mais-valia para o espaço em causa e para toda a zona do Centro Histórico de Alcáçovas. -----

Relativamente a este assunto, questionou se, no que diz respeito à adjudicação, estava previsto que o espaço fosse concessionado a particulares, associações ou outras entidades, ou se tal ainda não se encontrava definido em termos de planeamento. -----

Em resposta ao membro Frederico Carvalho, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu a saudação e comentou a referência ao carácter tardio da iniciativa, afirmando que, segundo alguns, “nunca se fazia nada bem feito”. Reconheceu a opinião expressa e referiu que esta poderia ter sido a primeira obra do seu mandato, o que não se concretizou; no entanto, destacou que o mais importante era disponibilizar o espaço à população. -----



Relativamente ao procedimento a adotar, esclareceu que será seguido o mesmo método já utilizado anteriormente, ou seja, a adjudicação será feita por “carta fechada”, ficando com o espaço quem apresentar a proposta mais elevada. -----

Submetido a votação, a Proposta de pedido de autorização para abertura de concurso público para a concessão de Exploração do Bar do Paço dos Henriques (mediante aprovação em Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 21 de fevereiro de 2025), foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto nove) Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, ainda em vigor (mediante aprovação em Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 21 de fevereiro de 2025) - O Senhor Presidente explicou que se tratava de mais um processo de

regularização de carreiras de trabalhadores com a categoria de Assistente Operacional que, na prática, exerciam funções correspondentes à categoria de Assistente Técnico, referindo, em particular, o caso de uma trabalhadora que pretendia consolidar a sua situação profissional.

Esclareceu que esta regularização não implicaria um aumento do número de lugares no Mapa de Pessoal, estando apenas a ser promovida uma medida que considerava ser justa para com os trabalhadores. -----

A Assembleia deliberou aprovar, por unanimidade, a Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, ainda em vigor (mediante aprovação em Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 21 de fevereiro de 2025). -----

Esgotada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público. -----

Não havendo intervenções, por parte do público, passou-se de imediato à leitura da minuta correspondente a esta ata, que foi votada e aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão às 23 horas e quarenta cinco minutos do dia 27 de fevereiro de 2025.-----



O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
